

Guarapiranga: Características econômicas e produtivas de uma freguesia camponesa

Luís Henrique de Oliveira
Mestrando em História - UFJF

1. Contextualização da Região

A freguesia de Guarapiranga, que pertence ao Termo de Mariana, localiza-se ao sul dessa cidade, fazendo fronteira com a mesma. Apesar de pouco estudada, esta freguesia possui características muito peculiares, que merecem atenção para que possamos compreender melhor, uma parcela importantíssima da economia mineira e até mesmo colonial.

Como nos mostra Waldemar de Almeida Barbosa ¹, há controvérsias em relação à data de ocupação dos primeiros exploradores da região de Guarapiranga. Segundo este autor, os historiadores, de modo geral, procuram citar como primeiro explorador do território, o taubateano João de Siqueira Afonso, em 1704. No entanto, o mesmo autor fala que:

(...) lê-se no Códice Costa Matoso que em 1691, Francisco Rodrigues de Siqueira e Manoel Pires Rodovalho exploraram a região de Guarapiranga. Informa ainda o mesmo relato que uma capela ou um oratório com a invocação de N. S^a da Conceição foi edificada em 1694...²

A Freguesia de Guarapiranga³ localiza-se na Zona da Mata Mineira⁴, portanto é uma região coberta pela Mata Atlântica, e, ao longo do século XVIII, tornou-se não só centro minerador como também de agricultura de subsistência, podendo esta ser mercantilizada ou não. Na região, portanto, a agricultura existia antes mesmo da chegada do café⁵.

¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971. p.362

² *Idem* p. 362.

³ A Freguesia de Guarapiranga, que atualmente corresponde à Cidade de Piranga, abarcava várias aplicações e distritos vizinhos, dos quais muitos com o tempo se desvincularam e hoje são municípios, como: Oliveira, hoje Senhora de Oliveira, Brás Pires que hoje é uma cidade com o mesmo nome, Melo, atual Desterro do Melo, São José do Chopotó, hoje Alto do Rio Doce, São Caetano do Chopotó, atual Cipotânea, Santana dos Ferros, que corresponde à cidade de Guaraciaba, Tapera que hoje é Porto Firme, Calambau, hoje chamada Presidente Bernardes e a Aplicação da Espera que é hoje a cidade de Rio Espera. Alguns municípios, como Porto Firme, Presidente Bernardes e Senhora de Oliveira, são ainda hoje ligados juridicamente a Piranga, ou seja, pertencem à Comarca desta. Existem localidades que ainda hoje são distritos de Piranga, como Bacalhau, Manja Léguas e Mestre Campos, este último não chega a ser distrito. Ver: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.1, p.

⁴ *Sobre a Zona da Mata ver:* LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 43.

⁵ CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: Diversidade econômica e continuísmo. (1839-1909)*. Niterói: ICHF-UFF, 1993, p. 25. (Dissertação de Mestrado em História)

A Zona da Mata, tradicionalmente conhecida como propícia às atividades agropastoris⁶, caracteriza-se como uma área de fronteira agrícola que prima pela existência de terras cultiváveis e não aproveitadas.⁷ Portanto, a Zona da Mata, assim como outras regiões, era uma área de fronteira agrícola, aberta à exploração para quem se dispusesse a ocupá-la.

São nessas condições e circunstâncias que se encaixa a Freguesia de Guarapiranga. Esta freguesia, apesar de experimentar um certo surto minerador⁸, sempre foi uma região propícia à agropecuária. A mineração nessa freguesia não perdurou por muito tempo.

Desde de 1753 a 1756, anos iniciais em que a região foi mais intensamente povoada, Guarapiranga primava pela produção agrícola, “*são inúmeras as sesmarias concedidas nesses anos, nas quais se mencionavam grandes roças de milho, casas de vivenda, paiol, senzalas, bananais e outras árvores*”⁹. Ida Lewcowicz relata em relação ao ano de 1800, que a “*(...) a comunidade de Guarapiranga ou Piranga, à margem do riacho de mesmo nome, braço do Rio Doce, vivendo de suas roças de milho e bananais*”¹⁰.

Por se caracterizar como uma área de fronteira aberta, Guarapiranga será uma região predominantemente agropecuária, marcada pela produção para a subsistência, podendo ou não se ligar a um mercado local. Porém, a mineração, num determinado momento, vai desempenhar seu papel, sendo a causa primeira de ocupação do local, mas logo cessaria.

1.1 Agricultura, Pecuária e Mineração.

Para melhor caracterizar e identificar a região estudada, analisaremos a importância que teve para esta, a mineração e a produção agropecuária. Para mostrarmos as características das atividades praticadas, recorreremos aos Inventários *post mortem*, e às Listas Nominativas.

Através dos inventários, é possível elaborarmos uma tabela, que nos mostraria claramente a importância de cada atividade produtiva para a economia local.

⁶ ALMEIDA, Carla M. Carvalho. *Op. Cit.* p.55

⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial; Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.p.113.

⁸ BRUMEISTER, Hermann. *Viagem pelo Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. 1807-1897*. São Paulo – Belo Horizonte, EDUSP – Itatiaia, 1980, p.202.

⁹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. Cit.*, p. 363.

Tabela I. Distribuição dos proprietários por atividade produtiva. Guarapiranga – 1780-1820.

Atividade		%
Agricultura	4	11,4
Pecuária	4	11,4
Mineração	1	2,9
Agricultura/Pecuária	16	45,7
Agricultura/Mineração	1	2,9
Agric./Pec./ Miner.	5	14,3
Outros	4	11,4
Total	35	100

Fonte: Inventários post mortem do I Ofício do ACSM

A partir dos dados desta tabela, temos a nítida visão de que a Freguesia de Guarapiranga era uma região voltada para as atividades agropecuárias. Notamos que a maior parte dos domicílios não sobreviviam somente da agricultura ou da pecuária, mas da prática de ambas. A mineração ainda se faz presente, mas na maioria das vezes aliada à agricultura e à pecuária, sendo que somente um domicílio vivia estritamente de minerar.

Ao analisarmos a tabela acima, seria interessante darmos uma maior ênfase, à grande maioria de unidades produtivas que diversificavam suas atividades econômicas " *nas minas houve desde o início da ocupação colonial, necessariamente uma estreita articulação entre mineração, agricultura e pecuária*"¹⁰. Francisco Eduardo Andrade chama essas unidades de propriedades mistas, ou seja, que conjugavam na mesma unidade, a mineração e agropecuária.

Notamos, através da tabela referida, que 63% das unidades primavam por mais de uma atividade produtiva. Pelas características da região e do momento, a maior parte dos produtores aliavam a agricultura à pecuária. Como já citamos anteriormente, os proprietários que se dedicavam à mineração não se voltavam estritamente para esta atividade. Percebemos, no entanto, ser comum nesta freguesia a existência de um setor de subsistência voltado para a produção de alimentos e pecuária. Mais uma vez Francisco Andrade nos lembra que este fato acontecia mesmo no auge da mineração, até o momento em que:

¹⁰ LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do Celibato In: LIMA Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e Padres: História e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987. p. 65.

¹¹ ANDRADE. Francisco Eduardo. *Op. Cit.* , p. 120-121.

(...) na segunda metade do século dezoito, vamos encontrar, na região do 'termo' de Mariana, uma economia tão diversificada que as unidades produtivas especializadas nas atividades mineratórias vão ser largamente suplantadas pelos estabelecimentos agrícolas e de agropecuária.¹²

Podemos, portanto, reafirmar que na Freguesia de Guarapiranga, no momento especificado, a mineração, nas propriedades em que ainda sobrevivia essa atividade, necessitava contar com as atividades agropecuárias que no final das contas já estava suplantando-a.

Vimos nas passagens anteriores, amparadas por relatos de certos autores, que desde muito tempo na região se praticava a agricultura, e dentro desta havia o predomínio da produção de milho. Tomando por base o período especificado, (1780-1820), vemos que o milho será o produto que mais se sobressaía nesta localidade.

Ao lado da produção do milho, o feijão aparece como outro cultivo bastante difundido na região. Posteriormente, em menor escala, observam-se outros produtos, como: algodão, arroz, cana, açúcar, farinha e café.

Tabela II. Produção Agrícola em Guarapiranga – 1780-1820

PRODUTOS	Nº PROPRIETÁRIOS	%
Milho	12	85,8
Feijão	9	64,3
Açúcar	2	14,3
Algodão	4	28,6
Arroz	3	21,5
Farinha	1	7,2
Café	1	7,2
Cana	3	21,5

Fonte: Inventários do I Ofício do ACSM

Para a execução desta tabela, trabalhamos com 14 dos 35 inventários pesquisados. Essa metodologia teve que ser adotada, visto que, no restante da documentação, não consta a produção agrícola do inventariado. Evidente que certos proprietários, realmente não se voltaram para a agricultura, alguns viviam da pecuária, outros de renda e outros ainda de minerar, etc. No entanto, em alguns dos inventários em que não encontramos a produção agrícola, há a presença de trechos como: “*Fazendas de Roças*”¹³, “*Terras*

¹² *Iden.* p.121

¹³ ACSM – Cód.114 – Auto 2367 – 1º Ofício

*Agrícolas*¹⁴, “*Terra de Planta*”¹⁵, “*Porção de terras com 30 alqueires de planta*”¹⁶, mas que no entanto, não são informados o cultivo, nem o valor da produção que se encontravam nessas terras. Além do mais, um ponto que evidencia a produção agrícola nessas propriedades é a referência a instrumentos agrícolas.

Portanto, esses dados vêm comprovar o que nos diz Francisco Eduardo Andrade:

Nas Gerais, os gêneros agrícolas comumente plantados eram aqueles que faziam parte da dieta dos habitantes. O mais generalizado e antigo cultivo, na região de Mariana, era o do milho, consumido nas formas de farinha ou ‘canjica’... Associado ao milho, o feijão vai ser plantado em menor proporção, já que esta leguminosa exigia mais cuidados no cultivo e não se prestava à alimentação animal (suínos e bestas de cargas).¹⁷

Podemos então afirmar, que a região de Guarapiranga, até mesmo pelo seu produto mais cultivado, o milho, era uma região voltada para o auto-consumo, ou seja, produzia primeiramente pensando no abastecimento local. No entanto, isso não impedia que ocasionalmente, ou até mesmo continuamente, que seu excedente fosse integrado a um mercado local ou regional, quer dizer, poderia sim, haver uma agricultura de subsistência mercantilizada.

As Listas Nominativas é outro tipo documental que utilizamos para demonstrar o caráter agrícola da região de Guarapiranga. Através das listas podemos detectar o estabelecimento a que se dedicava cada chefe de domicílio. Para a presente análise, utilizaremos a Lista Nominativa de Manja Léguas, distrito de Guarapiranga.

Analisando a tabela que se segue, podemos perceber que, dos 58 domicílios identificados, 17 deles, ou seja 29,3%, eram estritamente de roceiros, que se dedicavam ao cultivo das roças. Porém, por se tratar de um arraial, as atividades artesanais e comerciais têm um destaque especial.

¹⁴ ACSM – Cód. 26 – Auto 667 – 1º Ofício

¹⁵ ACSM – Cód. 94 – Auto 1957 – 1º Ofício

¹⁶ ACSM – Cód. 18 – Auto 552 – 1º Ofício

¹⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo. *Op. Cit.*, p.116.

Tabela III. Distribuição da ocupação dos chefes de domicílios do distrito de Manja-Légua – 1819.

Setores/Ocupações	Nº de Chefes	%
1. Agricultura		
<i>Roceiro</i>	17	29,3
Total/Setor	17	29,3
2. Mineração		
<i>Mineiro</i>	4	6,8
<i>Faiscador</i>	2	3,5
Total/Setor	6	10,3
3. Agricultura/Mineração		
<i>Roceiro/Mineiro</i>	2	3,5
Total/Setor	2	3,5
4. Comércio		
<i>Negociante</i>	6	10,3
<i>Corta Bois</i>	1	1,7
Total/Setor	7	12,0
5. Artesanato		
<i>Ferreiro</i>	3	5,2
<i>Alfaiate</i>	2	3,5
<i>Tear</i>	1	1,7
Total/Setor	6	10,4
6. Jornaleiro		
<i>Jornaleiro</i>	5	8,6
<i>Trabalha a ganho</i>	1	1,7
Total/Setor	6	10,3
7. Outros		
<i>Feitor</i>	2	3,5
<i>Não Identificado</i>	3	5,2
<i>Pobre</i>	9	15,5
Total/Setor	14	24,2
Total	58	100

Fonte: Lista Nominativa do Distrito de Manja-Légua do ACMM

No entanto, apesar do predomínio das atividades agropecuárias de pequenas dimensões, Guarapiranga mostrava ser uma região dinâmica e que procurava, diversificar suas atividades econômicas. Através da tabela acima, identificamos sinais de uma

economia, até certo ponto, mercantilizada. Tendo em vista as informações sobre a ocupação dos chefes de domicílio deste distrito, encontramos a presença de homens que viviam de negócio, ferreiros e até mesmo alfaiates. Percebemos, através da tabela, que os chefes de domicílios, que viviam do negócio, ocupavam o terceiro lugar na distribuição das ocupações, perdendo apenas para os que viviam da agricultura e de outros estabelecimentos.

A presença desses negociantes é, portanto, de fundamental importância para constatarmos que a região possuía uma economia dinâmica, e que, em certo grau, era uma economia mercantilizada, pois, esses negociantes poderiam ser proprietários de vendas e por isso mesmo compravam a produção excedente do camponês, criando assim uma rede de mercado local. Além do mais, a presença de ferreiros, pode representar um sinal de desenvolvimento, pois, a presença destes, significaria a necessidade do aparelhamento de tropas, que, sob o comando dos negociantes já citados, poderiam estar levando a produção local para outras regiões.

Com relação à pecuária, constatamos, através da documentação, a grande importância desta para a economia da freguesia. Do total de inventários analisados, em 71,5% havia a presença de animais, tanto para consumo como para o trabalho. Encontramos nessas unidades produtivas, a criação de: gado vacum, porcos, carneiros, ovelhas, cabras assim como detectamos para o trabalho agrícola, a presença de cavalos, mulas, bestas e machos.

Havia, porém, casos bastante dissonantes, como por exemplo o proprietário que em 1800, possuía uma criação de 36 animais no valor de 483\$000¹⁸, e aqueles que possuíam apenas uma mula ou um cavalo velho. Outro caso interessante é o produtor Balthazar dos Santos Reis¹⁹. Este possuía, dentre outras criações, 8 porcos de chiqueiro e 60 porcos de pasto. Podemos supor que, parte desta criação, ou melhor, o excedente dela poderia ser comercializado.

Portanto, identificamos uma pecuária bastante volumosa, que podia ser útil tanto no trabalho diário; que era responsável pela subsistência da população local, e que poderia eventualmente se vincular ao mercado.

Um fato interessante na região é o predomínio de uma pecuária suína, em relação à bovina. A explicação para este fato pode ser apresentada por Francisco Eduardo Andrade, segundo a qual, o sistema agrícola de roças vai limitar a associação entre a agricultura e a pecuária bovina.

¹⁸ ACSM – Cód. 72 – Auto 1528 – 1º Ofício – Neste inventário, o proprietário André Barbosa Veloso possui: 13 Cabeças de Ovelhas; 3 Juntas de Bois; 1 Vaca; 3 Novilhas; 1 Égua; 1 Cavalo Potro; 1 Besta; 9 Mulas e 4 Machos.

¹⁹ ACSM – Cód. 69 – Auto 1463 – 1º Ofício

Somente com o esgotamento das terras – agrícolas ou minerais – e a sua dificuldade de recuperação florestal é que se praticava uma criação de gado que não fosse para os necessários serviços de tração (nos engenhos) ou de transporte²⁰.

Portanto, assim como em outras regiões da Província, em Guarapiranga, a criação de porcos era bastante comum, existindo tanto em unidades produtivas escravistas ou não. *“A carne de porco e o toicinho eram de uso correntes na alimentação dos habitantes das Gerais, fossem ricos ou pobres, livres ou escravos”*²¹. Outro ponto importante é o alto número de eqüinos e muares, que eram utilizados no transporte de mercadorias e produtos.

O ouro na Freguesia de Guarapiranga, como já dissemos, não teve um longo período de prosperidade, não chegando a se comparar com a extração em outros locais, como por exemplo, Mariana e Ouro Preto.

*“Enquanto a população dos distritos mineradores declinou ou estagnou a partir de 1780 (ano para o qual dispomos das primeiras evidências) as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado”*²². Como se vê a economia de Minas, e principalmente Piranga, no período considerado, não tinha mais na mineração sua principal atividade.

A partir destes dados, podemos ter uma noção da relativa importância da mineração para a economia de Guarapiranga. A estas informações podemos unir as recolhidas na documentação trabalhada. Tomando primeiramente por base os inventários *post mortem*, do total de 35 analisados, apenas 7 proprietários possuíam datas ou terras minerais.

Examinando a lista nominativa, tabela III, percebemos que dos 58 domicílios existentes, em apenas 8 havia a presença de mineiros, e apenas 6 viviam estritamente da mineração. Portanto, a partir dos dados levantados, podemos notar que a mineração, apesar de ainda estar presente, não possuía o peso da agricultura e da pecuária no conjunto da economia local.

Outro ponto interessante, diz respeito ao valor das terras minerais. A maioria delas possuía um valor muito baixo, o que pode demonstrar o desgaste e irrelevância da maioria destas terras, como por exemplo: “7 datas minerais” valerem 6\$000²³, ou “uma porção de datas”, que valia 10\$000²⁴. Um escravo adulto, por exemplo, valia na faixa de 150\$000, podendo encontrar escravos com preços mais elevados. Havia um caso, em que as datas minerais possuíam um valor mais elevado, onde “uma lavra de ouro com 21 datas minerais” valia 800\$000²⁵. A partir desses valores, podemos ter uma consciência ainda maior da importância da mineração nesta freguesia.

²⁰ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op. Cit.*, p.117

²¹ *Idem*, p.118.

²² CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.* p. 47.

²³ ACSM – Cód. 17 – Auto 502 – 1º Ofício

²⁴ ACSM – Cód.137 – Auto 2856 – 1º Ofício

²⁵ ACSM – Cód.139 – Auto 2904 – 1º Ofício

Outro ponto de grande relevância para que possamos compreender melhor as características econômicas da Freguesia de Guarapiranga, é a mão-de-obra utilizada nas atividades produtivas da região.

Na região de Guarapiranga era predominante a presença de camponeses, que, no entanto, como mostra Ciro Flamarion Cardoso, não exclui o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar²⁶, que, no caso em questão, era escrava. Como afirma Carla Almeida, um importante setor camponês ia se constituindo em Minas Gerais, e, segundo FRAGOSO E FLORENTINO:

(...) emerge, portanto uma paisagem de espaço colonial marcada tanto pela presença de camponeses quanto pela sua combinação com o trabalho escravo, ambos possuidores de lógicas e mecanismos de reprodução distintos da plantation²⁷.

Analisando os dados recolhidos nos 35 inventários, encontramos um total de 265 escravos. Deste total, 25%, ou seja 66 escravos, estavam distribuídos em propriedades que possuíam terras ou datas minerais. No entanto, um fato interessante é perceber que somente uma propriedade, das que constam na documentação recolhida, se dedicava estritamente à mineração, possuindo este proprietário 6 escravos. Portanto, dos 66 escravos que estavam ligados à mineração, apenas 6, menos de 10%, estavam estritamente voltados para a mineração. Este percentual seria ainda menor e bem menos significativo, se o comparássemos ao número total de escravos.

O restante da escravaria, pelo que consta na documentação, muito provavelmente trabalhava não só na mineração, como nas atividades agropecuárias, uma vez que estavam sob o julgo de proprietários que conjugavam atividades mistas, ou seja, onde a mineração era aliada à agricultura, pecuária ou a ambas.

Portanto, através do número de escravos que se dedicavam à mineração, que são poucos com relação ao total encontrado, podemos reafirmar o caráter secundário da mineração. Apesar de ainda persistir, uma vez que, não era incomum, mesmo certo tempo depois da decadência do ouro a exploração deste metal, esta atividade se mostra relegada a segundo plano, e, entre outras explicações, estaria o pequeno número de escravos ligados a esta atividade.

Portanto, a mineração que já não possuía mais a importância que tinha para a Capitania de Minas Gerais, também não a terá para a região de Guarapiranga. Após a crise da mineração, a maioria da população mineira se dirigiu para as atividades agropecuárias voltadas para o mercado interno²⁸. A partir dos dados recolhidos e trabalhados nas tabelas, temos a clara noção de que a Freguesia de Guarapiranga é um dos locais privilegiados para

²⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979. p. 52

²⁷ FRAGOSO, João Luis R. e FLORENTINO, Manoel. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p.64.

²⁸ FRAGOSO João Luis R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 123.

a prática destas atividades, e para onde vai se dirigir um grande contingente populacional em busca de terras para produzir:

Em outras palavras, esse comportamento demográfico demonstra que a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno.²⁹

No entanto, outros documentos podem nos auxiliar na comprovação da características agropecuárias da Freguesia de Guarapiranga, que a torna, assim como já mencionamos, propícia à presença dos camponeses.

Ao analisarmos o Mapa dos habitantes da Aplicação de São José do Xopotó, do ano de 1804, e que também pertencia à Freguesia de Guarapiranga, percebemos nitidamente a predominância dos domicílios que se dedicavam à produção agrícola. Do total dos domicílios recenseados nesta localidade (70 domicílios no total), 70% dos chefes (49 deles), disseram que viviam da roça.

Ao analisarmos os dados desta documentação, notamos mais uma vez, o predomínio de características agrícolas na região. Interessante percebemos também que não encontramos nesta Aplicação, nenhum chefe de domicílio que se dedicasse à mineração.

A Aplicação de São José do Xopotó apresentava também uma considerável produção agrícola, com referência nesta documentação à produção do milho, feijão, arroz, fumo e algodão.

Tabela IV - Produção agrícola na Aplicação de São José do Xopotó - 1804

Produtos	Quantidade (Alqueires)
Milho	9068
Feijão	552
Arroz	323
Fumo	240
Algodão	14

Fonte: Mapa dos Habitantes da Aplicação de São José do Xopotó - 1804.

Novamente podemos comprovar a característica camponesa da freguesia de Guarapiranga, em função da produção voltada primeiramente para a subsistência, para o consumo familiar. Vemos mais uma vez que o milho é o produto mais cultivado, cujas razões já foram explicitadas anteriormente, e ao lado deste o feijão. No entanto, São José do Xopotó, segundo mostra o Mapa, apresenta um fraco potencial pecuarista, havendo somente um pequeno número de capados como produção. Porém, mais uma vez se

²⁹ *Idem.* p. 124

confirma a preferência por uma criação de suínos, uma vez que esta constitui uma das bases da dieta da população mineira, que se caracteriza primeiramente para a subsistência.

Entretanto, apesar de pequena, a presença de chefes de domicílios que dedicavam-se ao comércio e ao ofício de ferreiro, vem confirmar o já também mencionado dinamismo econômico, e a possibilidade de comercialização do excedente no mercado local, em razão da presença de vendas e loja, como também dos ferreiros que aparelhariam as tropas para o escoamento da produção em direção a outras regiões.

Outro dado bastante relevante que esta documentação nos apresenta, é o de um considerável número de agregados, um total de 43 para os 70 domicílios recenseados, o que demonstra haver nesta região, o recurso a outra forma de mão-de-obra externa, que não a escrava.

Assim, podemos confirmar o que disseram vários autores sobre Minas Gerais após o declínio da mineração. Com o fim desta atividade a população mineira desloca sua atenção para a produção agropecuária, o que faz com que a região de Minas ainda continue com um considerável número de escravos dedicados às atividades agropecuárias voltadas para o interior da colônia.

Outro documento que muito contribui para que possamos compreender e melhor identificar as características produtivas da Freguesia de Guarapiranga, é o Mapa de Rendimento Trienal do Reais dízimos da Capitania de Minas Gerais³⁰. Apesar do documento registrar os rendimentos para o ano de 1768, e a nossa análise privilegiar o recorte de 1780-1820, ele é de fundamental importância, pois, podemos ter uma noção da produção agrícola da região, em função dos dízimos arrecadados.

O documento é de extrema riqueza, mencionando todas as Comarcas e Freguesias da Capitania de Minas Gerais, informando o rendimento de cada freguesia, além de fazer referência a um dado importantíssimo para os objetivos de nosso trabalho, que é o número de roças existente em cada freguesia, o que nos permite assim, identificar a importância agrícola e a contribuição de cada freguesia dentro de sua comarca.

³⁰ OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768. Brasília

Tabela V - Rendimento trienal dos dízimos para a Comarca de Vila Rica - 1768

Freguesia	Número de Roças	Dízimos
Ouro Preto/Antônio Dias	59	3:169\$000
Sto. Antônio da Casa Branca	40	1:441\$300
São Bartolomeu	36	1:442\$500
Cachoeira do Campo	73	3:815\$000
Itatiaia	45	1:473\$000
Ouro Branco	30	1:979\$000
Itambira	63	5:221\$000
Congonhas do Campo	353	23:314\$000
Cidade de Mariana	52	2:416\$000
Sumidouro	130	6:695\$000
Guarapiranga	253	9:067\$000
Furquim/Barra Longa	174	8:603\$000
São Caetano	58	2:413\$000
Antônio Pereira	18	1:019\$000
Camargos	28	2:003\$000
Inficionado	96	5:482\$000
Catas Altas	61	3:902\$000
São Sebastião	16	1:023\$000

Fonte: OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768. Brasília -ESAF. 1976.

A partir dos dados, podemos perceber nitidamente a importante participação da Freguesia de Guarapiranga na arrecadação dos dízimos da Comarca de Vila Rica. Esta freguesia apresenta um elevado número de roças e conseqüentemente uma importante e considerável arrecadação de dízimos. Pela tabela notamos que do total de vinte freguesias que correspondem à Comarca de Vila Rica, Guarapiranga apresenta um rendimento inferior somente em relação a Freguesia de Congonhas do Campo.

No entanto, é importante salientar o elevado número de roças na Freguesia de Guarapiranga. Este dado vem confirmar as características agrícolas da freguesia, que propiciaria a presença de um complexo camponês que se dedicaria às atividades agrícolas.

O fato do documento referir-se ao ano de 1768, e não dentro do recorte delimitado, pode não significar problemas, mas sim representar sólidas indicações. Se no ano de 1768, momento em que ainda havia um reflexo da mineração na economia mineira, o número de roças e o valor dos dízimos em Guarapiranga já era considerável, podemos então supor que no período de 1780 a 1820, em que a mineração já perdera para as atividades

agropecuárias o papel central na economia mineira, a tendência seria um aumento destes números, uma vez que um significativo contingente populacional estaria se deslocando para as áreas agrícolas e de fronteira aberta (Guarapiranga), em busca de melhores condições de sobrevivência.

Se compararmos as áreas propícias à agricultura, com aquelas cujo solo não apresentava condições para um desenvolvimento agrícola como as áreas estritamente mineradoras de Ouro Preto e Mariana, podemos detectar uma necessária ligação comercial entre ambas, o que caracterizaria como mostrou Fragoso na existência de "*complexos agropecuários mercantis*" ³¹. Durante o ano de 1768, ainda era relevante a importância da mineração, e conseqüentemente, o número de pessoas que habitavam a região aurífera. As cidades de Mariana e Ouro Preto/Antônio Dias, juntas possuíam um total de 111 roças, menos da metade que a freguesia de Guarapiranga. Desta maneira, a produção agrícola nestas áreas mineradoras possivelmente não era suficiente para o consumo de seu contingente populacional, que era bastante elevado. Assim, restaria a estas regiões adquirir os produtos necessários para sua subsistência, das áreas predominantemente agrícolas, como Guarapiranga, entre outras.

Estas áreas agrícolas possuíam assim, uma considerável produção agrícola e uma população relativamente menor, em relação às áreas mineradoras, o que proporcionaria a existência de um excedente que seria comercializado entre estas regiões e freguesias. Este comércio seria realizado pelos tropeiros e vendeiros, que como pudemos perceber pelos demais documentos analisados, estavam presentes na freguesia de Guarapiranga, promovendo assim, uma certa mercantilização da economia.

Como nos mostra Hebe Mattos, ao confirmar a presença camponesa no Brasil Colonial:

"(...)Este campesinato brasileiro compreenderia os pequenos proprietários de terra, mas também arrendatários e posseiros, formando parte essencial da sociedade colonial e oitocentista, seja como produtores de mercadorias, especialmente para o mercado interno, seja como clientela política. Sua produção engendraria todo um setor de comercialização específico, formado por vendeiros e tropeiros, entre outros (...)" ³²

Portanto, são estas as características da Freguesia de Guarapiranga, que ao se voltar para uma agropecuária não-exportadora, irá fornecer sua parcela de contribuição para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, além de ajudar a explicar o fato desta Capitania chegar ao ano de 1819, como a maior capitania escravista da América portuguesa. A decadência da mineração, em Minas, não representou, portanto, o

³¹ FRAGOSO João Luis R. *Op. Cit.* p.125.

³² MATTOS, Hebe M. M. Campesinato e escravidão. In SILVA, Francisco Carlos T.da. MATTOS, Hebe M.M. de. E FRAGOSO, João Luis R. (orgs). *Escritos sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2001, p.332.

retraimento dos seus “complexos agropecuários mercantis”, que já existiam e eram importante parcela da economia mineira, mesmo no auge da exploração aurífera.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

Inventários *post mortem* do I Ofício dos anos de:
1780, 1790, 1800, 1810, 1820.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

Lista Nominativa de Manja-Léguas, Distrito de Guarapiranga do ano de 1819.

Arquivo da Casa dos Contos de Ouro Preto

Mapa dos Habitantes da Aplicação de São José do Chopotó de 1804.

Fonte Primária Impressa

OLIVEIRA, Tarquinio J. B. de. Edição fac-similar .Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768. Brasília -ESAF. 1976.

Fontes Secundárias

ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Niterói. ICHF/UFF, 1994 (Dissertação de Mestrado em História).

_____. Minas Gerais: Bases da economia e tentativa de periodização. In: *LPH: Revista de História*. Mariana: Departamento de História da UFOP, Editora da UFOP, n.5.1995.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Espaço econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX*. In: Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

_____. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH, UFMG, 1994. (Dissertação de Mestrado).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Editora Saterb Ltda. 1971.

_____. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte, Editora Satub, 1971.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou Camponês*. São Paulo, Brasiliense. 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo. (1839-1909)*. Niterói: ICHFIUFF, 1993. (Dissertação de Mestrado em Historia)

_____. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais; 1674-1835*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de Doutorado)

_____. A Capitania de Minas Gerais, (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. In: *História Economia e História de Empresas III*. 2. 2000.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano Costa Matoso sendo Ouvidor-Geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis* – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2V.

FARIA, Sheila de Castro. *A economia Brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. e FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

_____. FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. *A Economia Brasileira (Séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998.

LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do Celibato In: LIMA Lana Lage da Gama. *Mulheres, adúlteros e Padres: História e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MATTOS, Hebe M. M. Campesinato e escravidão. In SILVA, Francisco Carlos T.da. MATTOS, Hebe M.M. de. E FRAGOSO, João Luis R. (orgs). *Escritos sobre História e Educação*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2001

_____. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.1,